

**Os limites à atividade de silvicultura em cada área, segundo zoneamento aprovado:**

- Alta: áreas menos recomendadas para o plantio
- Média: áreas intermediárias
- Baixa: áreas mais recomendadas para o plantio



**O que é o zoneamento ambiental**

O zoneamento aponta as áreas de maior risco de danos ambientais no caso de implantação de florestas, considerando fatores como qualidade do solo, disponibilidade de água, presença de animais e vegetais em extinção, entre outros. Para isso, o Estado é dividido em 45 regiões com características e regras para exploração de diferentes atividades econômicas.

**O que previam as propostas anteriores de zoneamento**

- 1) Proposta original da Fepam: Plantar árvores exóticas\*, no máximo, em até 50% de uma propriedade.
- 2) Proposta discutida até o mês passado\*\*: Plantar árvores exóticas até o limite de 30% de cada uma das 45 regiões em que foi dividido o Estado, sem limite por propriedade.
- 3) Proposta aprovada\*\*: Eliminação de percentuais pré-determinados para limitar o plantio de árvores exóticas, dependendo de avaliações específicas de cada caso.

\*Árvores exóticas: não nativas do Estado, como eucalipto, acácia e pinus

\*\* No Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema)

**Qual é o ponto de discórdia no zoneamento**

A proposta atual de zoneamento extinguiu percentuais máximos que limitavam o plantio de árvores exóticas em uma determinada área. Já foram discutidas três propostas de zoneamento, até a que resultou na eliminação dos percentuais máximos de plantio. A medida defendida pelo governo estadual e pela iniciativa privada desagradou ambientalistas.

**O argumento dos ambientalistas**

A supressão dos percentuais que limitam a área de plantio facilita o florestamento industrial em grandes extensões. Isso seria prejudicial ao Pampa, por alterar as características do ecossistema ao ameaçar a sobrevivência de outras plantas e da fauna, ao consumir muita água e por reduzir espaço para circulação de animais.

**O argumento da iniciativa privada e do governo**

As regras de ocupação do zoneamento, mesmo sem percentuais máximos de exploração, garantem sustentabilidade do ambiente. Não haverá abusos, porque essas regras serão usadas como base para análise caso a caso. Além disso, o plantio de florestas e a instalação de indústrias para absorver a madeira produzida serão fundamentais para gerar empregos e desenvolver a Metade Sul.